



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Saúde pública

Sumário

1.	Nome do Curso e Área do Conhecimento	2
2.	Características Técnicas do Curso	2
3.	Público Alvo.....	2
4.	Critérios de Seleção	2
5.	Justificativa do Curso	3
6.	Objetivos do Curso.....	3
7.	Metodologia de Ensino e Aprendizagem	3
8.	Estágio Não Obrigatório.....	6
9.	Matriz Curricular	7
10.	Carga Horária	7
11.	Conteúdo programático.....	7
12.	Infraestrutura Física e Pedagógica	22

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Saúde pública

Área de Avaliação (CAPES): Saúde Coletiva

Grande Área (CAPES): Ciências da Saúde (4.00.00.00-1)

Área do Conhecimento (CAPES): Saúde Coletiva (4.06.00.00-9)

Classificação OCDE: Saúde e bem-estar

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 200 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso destina-se aos portadores de Diploma de Curso Superior reconhecido nas áreas relacionadas à saúde entre eles: Enfermeiros, Farmacêuticos, Médicos, Fisioterapeutas, Nutricionistas, Psicólogos, Fisioterapeutas, Odontólogos, Assistentes Sociais, Gestores Públicos, Administradores Hospitalares e demais profissionais de nível superior da área de saúde e áreas afins.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

Nas últimas décadas, o mercado de trabalho apresentou crescimento significativo, principalmente nos serviços de saúde. A atuação dos profissionais dos serviços públicos tem sido cada vez mais relevante no tocante a reorganização das práticas sanitárias do nosso país.

Neste cenário, questões como cidadania, melhoria da qualidade na atenção à saúde, aumento dos direitos dos consumidores, são cada vez mais debatidas com os usuários. Sendo assim, os profissionais destes serviços, tem o compromisso em buscar alternativas para construção de um sistema de saúde resolutivo, humanizado e de boa qualidade.

O propósito deste curso de Pós-Graduação Lato Sensu é contribuir para qualificação técnico-político a todos sujeitos envolvidos, tornando-os agentes de mudança do modelo assistencial, através de ações que o estimulem ao pensamento crítico e reflexivo do processo saúde-doença.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Capacitar profissionais da área de saúde e áreas afins, para atuarem como agentes transformadores dentro do Sistema de Saúde, objetivando a prevenção e a promoção da saúde.

6.2. Objetivos Específicos

- Aplicar a epidemiologia no planejamento, organização e operacionalização das atividades em saúde;
- Proporcionar reflexão crítica sobre a prática pedagógica nos processos de capacitação dos Serviços de Saúde;
- Expandir as fronteiras do conhecimento, levando a educação de qualidade aos mais remotos pontos do país, por meio da Educação a Distância.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;

- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria

online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).

- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e do Departamento de Estágios.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
História e conceitos de saúde pública	0h	40h	40h
Saúde pública e processo saúde/doença	0h	40h	40h
Vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental	0h	40h	40h
Saúde da família	0h	40h	40h
Saúde do idoso	0h	40h	40h
Atuação multiprofissional em saúde	0h	40h	40h
Redes de atenção à saúde pública	0h	40h	40h
Educação permanente em saúde	0h	40h	40h
Planejamento, programação e informações em Saúde Pública	0h	40h	40h

10. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papirus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios.** <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online.** São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: História e conceitos de Saúde Pública

Ementa: O Brasil Colônia, Império e Primeira República. Da era Vargas à quarta república. A saúde no Brasil no período da Ditadura militar e a Reforma Sanitária Brasileira. O Sistema Único de Saúde, sua organização e funcionamento.

Competências e Habilidades:

- Conhecer os principais aspectos do cuidado à saúde no Brasil, desde o início da colonização portuguesa.
- Compreender a relação dos fatos históricos com o início das políticas de saúde no Brasil.
- Refletir sobre a construção histórica do SUS e nosso papel enquanto profissional da saúde.

Conteúdo Programático 1: Brasil Colônia; Império. Primeira República.

Conteúdo Programático 2: Era Vargas à quarta república.

Conteúdo Programático 3: Ditadura militar e Reforma Sanitária Brasileira – 1964 a 1988. |

Conteúdo Programático 4: Sistema Único de Saúde. A organização e funcionamento do SUS.

Bibliografia:

CORREIA, L. C. Instituto de Higiene (1918-1929) no estado de São Paulo – a atuação de Geraldo Horácio de Paula Souza e Mário da Costa Galvão. **Cad. hist. ciênc.** São Paulo. vol.7 no.1 jan./jun. 2011. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1809-76342011000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 19 set 2020.

EDLER, F. C. **Saúde e Higiene Pública na Ordem Colonial e Joanina**. Arquivo Nacional Brasileiro. 22 fev 2018. Disponível em:
http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5120&Itemid=372. Acesso em 15/09/2020.

ESCOREL, S. TEIXEIRA, L. A. **História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1923: do império ao desenvolvimento populista**. In: GIOVANELLA, L. et al. orgs. Políticas e sistemas de saúde no Brasil (online). 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

Bibliografia complementar:

BRASIL, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Legislação estruturante do SUS**. Brasília: CONASS, 2011a. Disponível em
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_sus_v13.pdf. Acesso em 11 out 2020.

BRASIL, Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Online. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em 18 set 2020.

ESCOREL, S. TEIXEIRA, L. A. **História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimento populista**. In: GIOVANELLA, L. et al. orgs. Políticas e sistemas de saúde no Brasil (online). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. 2ª ed. rev.

Disciplina: Saúde Pública e Processo Saúde/Doença

Ementa: História da Saúde Pública no Brasil. A relação da saúde pública com o Sistema Único de Saúde. A Lei regulamentadora do Sistema Único de Saúde). Conceito de saúde e doença. Família e o processo saúde-doença. Teorias causais. Modelos conceituais de saúde. O Modelo da História Natural das Doenças e Prevenção de doenças. Determinantes sociais. Iniquidades em saúde. Promoção da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: princípios, diretrizes, eixos operacionais, competências, temas prioritários e responsabilidades institucionais. A relação entre a Saúde Pública, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de 2030.

Competências e Habilidades:

- Identificar relação da saúde pública com o Sistema Único de Saúde.
- Compreender os modelos conceituais de saúde.
- Compreender a Política Nacional de Promoção da Saúde.
- Compreender a relação entre a Saúde Pública, os objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de 2030.

Conteúdo Programático 1: História da Saúde Pública no Brasil. A relação da saúde pública com o Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei regulamentadora do Sistema Único de Saúde. Objetivo, atribuições, princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Principais condicionantes e determinantes da saúde. Organização, Gestão, Competência e funcionamento do Sistema Único de Saúde.

Conteúdo Programático 2: Conceito de saúde e doença. Família e o processo saúde-doença. Teorias causais. Modelos conceituais de saúde. O Modelo da História Natural das Doenças e Prevenção de doenças. Determinantes sociais. Iniquidades em saúde.

Conteúdo Programático 3: Promoção da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: princípios, diretrizes, eixos operacionais, competências, temas prioritários e responsabilidades institucionais. Dificuldades e desafios para a implementação da Política Nacional de Promoção a Saúde.

Conteúdo Programático 4: A relação entre a Saúde Pública, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de 2030.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, T. I. P et al. Perspectivas e desafios da “nova” Política Nacional de Promoção da Saúde: para qual arena política aponta a gestão?. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1695-1706, June 2016, Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000601695&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Set. 2020.

BORGHI, C. M. S. O et al. **Determinação ou determinantes sociais da saúde:** texto e contexto na América Latina. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 869-897, set./dez. 2018.

KASTRUP, E et al. **Percepção de especialistas em saúde sobre a Agenda 2030.** 2018. Disponível em:

https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/CEE_Relat%C3%B3rio%20de%20Pesquisa_agenda2030.pdf

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Relatório 30 anos de SUS, que SUS para 2030?** Brasília: OPAS; 2018. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/06/serie-30-anos-sus.pdf>

Bibliografia complementar:

SONAGLIO, R. G et al. Promoção da Saúde: revisão integrativa sobre conceitos e experiências no Brasil. **J. nurs. health**. 2019;9(3):e199301. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/11122/10133>

GOMES, S. M *et al.* O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. **Saude soc.**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 1120-1133, out. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000401120&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 set. 2020

Disciplina: Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental

Ementa: Epidemiologia descritiva e analítica. Indicadores de saúde. Sistemas de informações em saúde. Vigilância epidemiológica das doenças de notificação obrigatória. Programa Nacional de Imunização. Estrutura da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Sistemas de Inspeção Municipal, Estadual e Federal. A contribuição das ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental na promoção da saúde e prevenção de doenças. A vigilância epidemiológica sanitária e ambiental no contexto da área de abrangência da Unidade de Saúde da Família.

Competências e Habilidades:

- Identificar os indicadores de saúde e sistemas de informações em saúde.
- Compreender os conceitos relacionados à vigilância em saúde pública das doenças de notificação compulsória.
- Compreender a Estrutura da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- Ser capaz de identificar a contribuição das ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental na promoção da saúde e prevenção de doenças.

Conteúdo Programático 1: Epidemiologia descritiva e analítica. Indicadores de saúde e sistemas de informações em saúde.

Conteúdo Programático 2: Vigilância em saúde pública das doenças de notificação compulsória. Programa Nacional de Imunização.

Conteúdo Programático 3: Estrutura da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Sistemas de Inspeção Municipal, Estadual e Federal.

Conteúdo Programático 4: A contribuição das ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental na promoção da saúde e prevenção de doenças no contexto da área de abrangência da Unidade de Saúde da Família.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério do Planejamento, desenvolvimento e gestão. **Indicadores:** orientações básicas aplicadas à gestão pública. Brasília: MP, 3 ed., 2018, 36 p.

ROUQUAYROL, M. Z.; DA SILVA, M. G. C. **Epidemiologia & Saúde.** - 8. ed. - Rio de Janeiro: Medbook, 2018. 752 p.

PORTARIA N°264, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020, que altera a portaria de consolidação n° 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir a doença de chagas crônica, na lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0264_19_02_2020.html. Acesso em: 13.08.2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância em saúde. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/sobre-vigilancia-em-saude>, Acesso em: 13.08.2020. 2017

Bibliografia complementar:

GALLEGUILLLOS, T.G.B. **Epidemiologia:** indicadores de saúde e análise de dados.1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

PEREIRA, M.G. **Epidemiologia:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2018.

Disciplina: Saúde da Família

Ementa: PNAB, Equipe de Saúde da Família, prevenção e controle de doenças e agravos não transmissíveis no âmbito da Atenção Primária. Território e sua dinâmica social, cultural, política ambiental e de saúde como campo de atuação da Unidade Básica de Saúde. Prevenção e controle de doenças infecciosas e parasitárias no contexto da Atenção Primária.

Competências e habilidades:

- Compreender os fundamentos da PNAB, princípios norteadores e aprofundar estes conhecimentos com base em evidências científicas.

- Compreender a importância da prevenção e controle de doenças e agravos não transmissíveis no âmbito da Atenção Primária.
- Correlacionar os conhecimentos referentes ao território e sua dinâmica social, cultural, política ambiental e de saúde na atuação da Unidade Básica de Saúde.
- Discutir a prevenção e controle de doenças infecciosas e parasitárias no contexto da Atenção Primária.

Conteúdo Programático 1: Política Nacional de Atenção Básica: conceitos e princípios gerais da Atenção Básica. Ações, abrangência, infraestrutura da Equipe de Saúde da Família.

Conteúdo Programático 2: Prevenção e controle de Doenças e agravos não transmissíveis no âmbito da Atenção Primária.

Conteúdo Programático 3: Território e sua dinâmica social, cultural, política ambiental e de saúde como campo de atuação da Unidade Básica de Saúde.

Conteúdo Programático 4: Prevenção e controle de doenças infecciosas e parasitárias no Contexto da Atenção Primária.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2436, de 21 de setembro de 2017**. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2488, de 21 de outubro de 2011**. Brasília, 2011.

_____. Secretaria de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Série Pactos pela Saúde, volume 4. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CAMPOS, G.W.S. et al. **Reflexões sobre a Atenção Básica e a Estratégia de Saúde da Família**. In: CAMPOS, G. W. S., GUERRERO, A. V. (orgs.). Manual de práticas de atenção básica. p 132-153. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2018.

FLEURY, S. Reforma Sanitária Brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. **Ciência & Saúde Coletiva**. Vol. 14, nº 3, p. 743-752, 2009. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300010. Acesso em 04 de julho de 2020.

MELO, E.A., et al. Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 42, número especial 1, p. 38-51, setembro de 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-11042018000500038&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 06 de julho de 2020.

Bibliografia complementar:

PAHO (Pan-American Health Organization). **Renewing Primary Health Care in the Americas**: a position paper of the Pan American Health Organizations. World Health Organization PAHO/WHO. Washington, D.C.: PAHO, 2017.

PAIVA, C.H.A.; TEIXEIRA, L.A. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos. Rio de Janeiro. Vol. 20, n. 2, p.653-673, abr.-jun. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n1/0104-5970-hcsm-21-1-00015.pdf>>. Acesso em 07 de julho de 2020.

SANTOS, A.L.; RIGOTTO, R.M. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro, Vol. 8 nº 3, p. 387-406, nov.2010/fev.2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tes/v8n3/03.pdf>>. Acesso em 06 de julho de 2020.

Disciplina: Saúde do Idoso

Ementa: O idoso e o processo do envelhecimento, estratégias de promoção à saúde idosa.

Condições de vida e de saúde da pessoa idosa e fatores de risco à saúde do idoso. Fatores de risco à de qualidade de vida do idoso e causas de morbi-mortalidade do idoso no Brasil. Ações interdisciplinares no cuidado do idoso, diagnósticos e tratamentos das principais patologias de saúde do idoso no Brasil.

Competências e Habilidades:

- Identificar e compreender a Promoção à Saúde da pessoa idosa.
- Compreender a saúde do idoso em sua amplitude e complexidade.
- Compreender o conceito de mortalidade e as principais causas de mortalidade na população idosa.
- Ser capaz de identificar a importância do cuidado integral, multidisciplinar e interprofissional no cuidado à saúde.

Conteúdo Programático 1: Idoso: processo do envelhecimento. Promoção à saúde idosa.

Conteúdo Programático 2: Condições de vida e de saúde da pessoa idosa. Fatores de risco à saúde de vida do idoso.

Conteúdo Programático 3: Fatores de risco à de qualidade de vida do idoso. Causas de morbi-mortalidade do idoso no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Ações interdisciplinares no cuidado do idoso. Diagnósticos e tratamentos das principais patologias de saúde do idoso no Brasil.

Bibliografia:

CHAIMOWICZ, F. Saúde do Idoso. 2 ed. Belo Horizonte: NESCON UFMG, 2013.

MORAES, E. N. **Atenção à saúde do Idoso:** Aspectos Conceituais. / Edgar Nunes de Moraes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. Relatório mundial de envelhecimento e saúde. Estados Unidos, v. 30, p. 12, 2015.

Bibliografia complementar:

Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS. **Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades.** Módulo 3: medida das condições de saúde e doença na população / Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/modulo_principios_epidemiologia_4.pdf. Acessado em: 09/2020.

TAVARES, R. E. et al. Envelhecimento saudável na perspectiva de idosos: uma revisão integrativa. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 20, n. 6, p. 878-889, 2017.

Disciplina: Atuação Multiprofissional em Saúde

Ementa: Estrutura Organizacional, formal e informal e o clima organizacional. Trabalho em equipe e interdisciplinaridade no contexto da saúde. Relacionamento interpessoal. Composição e atuação das equipes de Estratégia Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Prática Interprofissional Colaborativa em Saúde.

Competências e Habilidades:

- Identificar e compreender a Estrutura Organizacional, formal e informal.
- Compreender o trabalho em equipe e interdisciplinaridade no contexto da saúde.
- Compreender a composição e atuação das equipes de Estratégia Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família.
- Ser capaz de implementar a Prática Interprofissional Colaborativa em Saúde.

Conteúdo Programático 1: Estrutura Organizacional, formal e informal. Clima organizacional.

Conteúdo Programático 2: Trabalho em equipe e interdisciplinaridade no contexto da saúde. Relacionamento interpessoal.

Conteúdo Programático 3: Composição e atuação das equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Conteúdo Programático 4: Prática Interprofissional Colaborativa em Saúde (PICS).

Bibliografia:

AGRELI, H. L. F. Prática interprofissional colaborativa e clima do trabalho em equipe na Atenção Primária à Saúde [tese]. São Paulo. Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2017.

KURCGANT, P. (Coord.) Gerenciamento em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

PEDUZZI, M.; AGRELI, H. L. F.; SILVA, J. A. M.; SOUZA, H. S. Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e a seus desdobramentos no trabalho interprofissional. Trabalho Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 2020.

PERUZZO, H. P., et al. Os desafios de se trabalhar em equipe na Estratégia Saúde da Família. Escola Anna Nery, v. 22, n. 4, 2018.

Bibliografia complementar:

PEREIRA, R.C.A. **O trabalho multiprofissional na Estratégia Saúde da Família:** estudo sobre modalidades de equipes. 2011. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Framework for action on interprofessional education & collaborative practice**. Geneva: World Health Organization, 2010. Disponível em: <http://www.who.int/hrh/resources/framework_action/en/>. Acesso em: 5 dez. 2012.

Disciplina: Redes de Atenção à Saúde pública

Ementa: redes de atenção em saúde, princípios norteadores das redes de atenção à saúde, atenção primária em saúde, processos de implantação das redes temáticas prioritárias no Sistema único de Saúde, reorganização dos fluxos de referência e contra referência.

Competências e habilidades:

- Relembrar o conceito de Redes de Atenção em Saúde, princípios norteadores e aprofundar estes conhecimentos com base em evidências científicas.
- Retomar o conceito, os atributos e os papéis da Atenção Primária a Saúde e compreender a operacionalização das Redes de Atenção à Saúde.
- Entender o processo de implantação de implantação das Redes Temáticas Prioritárias no Sistema Único de Saúde e sua organização.
- Discutir a reorganização dos fluxos de referência e contra referência nas esferas municipal, regional e estadual.

Conteúdo Programático 1: O conceito de Rede de Atenção em Saúde. Princípios norteadores das Redes de Atenção à Saúde. A relação das redes com as ações de atenção básica. Evidências científicas nacionais e internacionais acerca das características elencadas no conceito de rede de atenção à saúde

Conteúdo Programático 2: O conceito, os atributos e os papéis da Atenção Primária a Saúde (APS). A Atenção Primária a Saúde (APS) na operacionalização das Redes de Atenção à Saúde.

Conteúdo Programático 3: Processo de Implantação das Redes Temáticas Prioritárias no Sistema Único de Saúde (SUS). Organização das Redes na esfera municipal, regional, estadual e federal.

Conteúdo Programático 4: Reorganização dos fluxos de referência e contra referência nas esferas municipal, regional e estadual.

Bibliografia:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 127 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Política Nacional de Atenção Básica. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2017.

BRONDANI, J. E. Desafios da referência e contrarreferência na atenção em saúde na perspectiva dos trabalhadores. **Cienc Cuid Saude** 2018 Jul-Set 17(3e43568). Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/43568/pdf>

PEITER, Caroline Cechinel et al. Redes de atenção à saúde: tendências da produção de conhecimento no Brasil. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, e20180214, 2019. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452019000100801&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Aug. 2020. Epub Jan 31, 2019. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2018-0214>.

RIBAS, E.N. et al. Enfermeira de ligação: uma estratégia para a contrarreferência. **Rev Bras Enferm [Internet]**. 2018; [cited 2018 Aug 27]; 71(Suppl.1):546-53. Available from: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0490>

Bibliografia complementar:

NAKATA, Liliane Cristina et al. Conceito de rede de atenção à saúde e suas características-chaves: uma revisão de escopo. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, e20190154, 2020. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000200701&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Aug. 2020. Epub Jan 24, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0154>.

SANTOS, Lenir. Região de saúde e suas redes de atenção: modelo organizativo-sistêmico do SUS. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1281-1289, Apr. 2017. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002401281&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Aug. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017224.26392016>.

Disciplina: Educação Permanente em Saúde

Ementa: as propostas pedagógicas utilizadas na educação permanente em saúde. Os sujeitos do processo de educação permanente, polos de Educação Permanente em Saúde, desenvolvimento de planos de ação das equipes em Saúde Pública. As diretrizes da Educação Permanente em Saúde, a organização e processo de trabalho dos Polos de Educação Permanente em Saúde, diferença entre educação permanente em saúde e educação continuada. O financiamento da Educação Permanente em Saúde, processo continuado em Educação Permanente em Saúde e a avaliação dos processos em educação permanente em saúde.

Competências e habilidades:

- Aplicar as propostas pedagógicas utilizadas na educação permanente em saúde.
- Identificar os sujeitos do processo de educação permanente. Os Polos de Educação Permanente em Saúde.
- Compreender os conceitos e diferenciar a educação permanente em saúde e a educação continuada.
- Implementar avaliação dos processos em educação permanente em saúde.

Conteúdo Programático 1: Propostas pedagógicas utilizadas na educação permanente em saúde. Educação em saúde e educação permanente em saúde.

Conteúdo Programático 2: Sujeitos do processo de educação permanente. Os Polos de Educação Permanente em Saúde. Desenvolvimento de planos de ação das equipes em Saúde Pública.

Conteúdo Programático 3: Diretrizes da Educação Permanente em Saúde. Organização e processo de trabalho dos Polos de Educação Permanente em Saúde. Diferenciando educação permanente em saúde e educação continuada.

Conteúdo Programático 4: Financiamento da Educação Permanente em Saúde. Processo continuado em Educação Permanente em Saúde. Avaliação dos processos em educação permanente em saúde.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, 2009.

FALKENBERG, Mirian Benites; MENDES, Eliane Pedrozo de Moraes 1 Elza Maria de Souza . Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3):847-852, 2014.

GIGANTE, Renata Lúcia; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Política de formação e educação permanente em saúde no brasil: bases legais e referências teóricas. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14 n. 3, p. 747-763, set./dez. 2016.

Bibliografia complementar:

LIMA, Sayonara Arruda Vieira; ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti; WENCESLAU, Leandro David. Educação permanente em saúde segundo os profissionais da gestão de Recife, Pernambuco. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 12 n. 2, p. 425-441, maio/ago. 2014.

SILVA, Luiz Anildo Anacleto da *et al.* Avaliação da educação permanente no processo de trabalho em saúde. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14 n. 3, p. 765-781, set./dez. 2016.

Disciplina: Planejamento, Programação e Informações em Saúde Pública

Ementa: O conceito de território e diagnóstico local. Planejamento estratégico, tático e operacional e programação local em saúde. Sistema de informação em saúde pública. Sistemas de avaliação de serviços de saúde pública.

Competências e Habilidades:

- Compreender o conceito de território e diagnóstico local.
- Compreender o processo de planejamento estratégico, tático e operacional e programação local em saúde.
- Compreender o sistema de informação em saúde pública.
- Compreender os sistemas de avaliação de serviços de saúde pública.

Conteúdo Programático 1: O conceito de território e diagnóstico local (como instrumento de planejamento).

Conteúdo Programático 2: Planejamento estratégico, tático e operacional e programação local em saúde.

Conteúdo Programático 3: Sistema de informação em saúde pública.

Conteúdo Programático 4: Sistemas de avaliação de serviços de saúde pública.

Bibliografia:

BAPTISTA, P.C.P. **Governança Corporativa e Gestão Estratégica**. São Paulo: Editora Senac, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistemas de Informação da Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: < <http://www.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/15/Livro-SIS-Atencao-a-Saude.pdf>>

BRASIL. Ministério da Saúde. PNASS: Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: < http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnass_programa_nacional_avaliacao_servicos.pdf>

NASCIMENTO, A.B. **Sistemas, Políticas e Economia da Saúde**. São Paulo: Editora Senac, 2017.

Bibliografia complementar:

BUSATO, I.M.S. Planejamento Estratégico em Saúde. Curitiba: Intersaberes, 2017.

ROCHA, J.S.Y. **Manual de Saúde Pública e de Saúde Coletiva no Brasil**. São Paulo: Atheneu. 2012.

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.

- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

